

Rodoviários terão reajuste de 5% nos salários

Trabalhadores garantem reajuste salarial, aumento no valor da cesta básica e nova gratificação para motoristas

Em assembleia geral extraordinária realizada nessa segunda-feira (30/6), na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Petrópolis (Sind. Rodoviários), a categoria aprovou, por ampla maioria, o resultado das negociações entre o Sind. Rodoviários e o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Petrópolis (Setranspetro). As sessões ocorreram às 10h30 e às 15h30, reunindo motoristas, cobradores e demais funcionários do transporte coletivo urbano.

A proposta aprovada garante o reajuste de 5% nos salários, preservando todas as conquistas anteriormente asseguradas em convenção coletiva. Além disso, o valor da cesta básica teve um aumento significativo de 18,20%, passando de R\$550 para R\$650

mensais. Outro avanço celebrado pela categoria foi a criação de uma gratificação de R\$10 por dia para os motoristas que além de dirigirem efetuam a cobrança da passagem.

O acordo estabelece ainda que os valores retroativos referentes aos reajustes serão pagos a partir do mês de agosto.

A direção do Sind. Rodoviários avaliou positivamente o resultado da negociação. Segundo a entidade, os avanços obtidos representam um reconhecimento à dedicação da categoria e à importância do transporte coletivo para a cidade. “A assembleia desta segunda-feira encerra o ciclo de negociações da data-base e fortalece a posição dos trabalhadores para as próximas campanhas salariais”, ponderou Glauco da Costa, presidente do sindicato.



NEGOCIAÇÕES entre Sind. Rodoviários e Setranpetro chegam ao fim sem greve e categoria comemora conquistas

GISELE ROCHA

Reajuste da tarifa de água e esgoto terá mais transparência

A Câmara Municipal de Petrópolis promulgou a Lei nº 90352025, de autoria do vereador Júnior Paixão, que institui regras de transparência no reajuste da tarifa de água e esgoto e veda o aumento tarifário em caso de descumprimento contratual por parte da subconcessionária responsável pelo serviço.

Conforme o texto da norma, fica proibido qualquer reajuste nas tarifas de água e esgoto caso haja descumprimento contratual por parte da subconcessionária. Entre os pontos considerados como infração, estão a não recomposição de vias públicas nos prazos estabelecidos e o descumprimento de deveres legais definidos no marco regulatório do saneamento básico (Lei Federal nº 14.0262020).

Outro ponto central da lei é a obrigatoriedade de apresentação prévia, com pelo menos dois meses de antecedência, da nova planilha tarifária tanto pela subconcessionária quanto pela COMDEP à Câmara e à sociedade civil. A legislação também determina a realização de audiência pública, com ampla divulgação, para debater os números apresentados e garantir a máxima transparência.

“Essa é uma conquista do povo de Petrópolis. A Lei 9035 vem garantir que o reajuste de tarifas seja feito com critério, responsabilidade e, acima de tudo, com transparência. Não podemos admitir que a população pague mais por um serviço que ainda está aquém do esperado, especialmente nas áreas periféricas e mais vulneráveis da cidade”.

Idosos com mais de 80 anos terão prioridade em consultas e exames

Foi sancionada a Lei nº 9.038, de autoria do vereador Dr. Aloisio Barbosa, que estabelece prioridade especial para idosos com mais de 80 anos na realização de consultas e exames nas redes pública e privada de saúde do município. A nova legislação busca atender de forma mais adequada uma parcela da população que, por sua condição de maior vulnerabilidade, demanda atenção diferenciada e urgente por parte do sistema de saúde.

A lei determina que pessoas com idade igual ou superior a 80 anos devem ser atendidas preferencialmente em relação aos demais idosos, em conformidade com a redação dada pela Lei Federal nº 14.423 de 2022. Além da priorida-

de no atendimento, a norma fixa prazos máximos para a efetiva realização dos procedimentos até 30 dias para consultas com especialistas, até 30 dias para exames de baixa e média complexidade e até 45 dias para exames de alta complexidade. A legislação também obriga hospitais, clínicas e unidades de saúde públicas e privadas a afixarem cartazes informando sobre o direito à prioridade, garantindo que os idosos e seus familiares estejam cientes da proteção legal assegurada.

O vereador Dr. Aloisio Barbosa justificou o projeto ressaltando que Petrópolis conta com uma população estimada de 10 mil idosos com mais de 80 anos segundo da-

dos do e-SUS, e que essa parcela da sociedade merece tratamento digno, célere e respeitoso, especialmente em razão das limitações naturais do envelhecimento. Para o autor da lei, o direito à prioridade especial reforça os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da proteção integral dos idosos, conforme previsto também no Estatuto do Idoso.

A nova lei pretende garantir avanços nos direitos e no cuidado com a saúde dos mais velhos, ao reconhecer que, diante da desigualdade física e funcional imposta pelo tempo, é dever do Estado promover um atendimento mais justo e humano.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 02/07/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 31/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, de acordo com o Processo Adm. Nº 694/2025 e conforme estabelecido pela Resolução nº 88/2016, COMUNICA que será realizada a Audiência Pública, no dia 08 de julho de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre o tema “Transporte Público”. Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98. Petrópolis, 01 de julho de 2025. Júnior Coruja Presidente

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 119 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGO O SEGUINTE: **RESOLUÇÃO Nº 040 DE 01 de julho de 2025**

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADANIA PETROPOLITANA AO SR. CARLOS ALBERTO GONÇALVES VIEIRA. Art. 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Petropolitana ao SR. Carlos Alberto Gonçalves Vieira, pelos relevantes serviços prestados à comunidade petropolitana.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, 01 de julho de 2025.

JÚNIOR CORUJA PRESIDENTE Projeto: CMP 2328/2025 Autor: OCTAVIO SAMPAIO

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 119 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGO O SEGUINTE: **RESOLUÇÃO Nº 041 DE 01 de julho de 2025**

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À FUNDAÇÃO OCTACÍLIO GUALBERTO - FOG. Art. 1º - Fica concedido o Título de Utilidade Pública à Fundação Octacílio Gualberto - FOG, pelos relevantes serviços prestados à comunidade petropolitana.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, 01 de julho de 2025.

JÚNIOR CORUJA PRESIDENTE Projeto: CMP 5065/2025 Autor: DR. ALOISIO

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 119 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGO O SEGUINTE: **RESOLUÇÃO Nº 042 DE 01 de julho de 2025**

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE

PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SÃO JORGE - AMCSJ.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores da Comunidade São Jorge - AMCS, pelos relevantes serviços prestados à comunidade petropolitana.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, 01 de julho de 2025.

JÚNIOR CORUJA PRESIDENTE Projeto: CMP 5333/2025 Autor: THIAGO DAMACENO

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 119 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGO O SEGUINTE: **RESOLUÇÃO Nº 043 DE 01 de julho de 2025**

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À Associação Petropolitana de Educação e Cultura - APEC.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Utilidade Pública à Associação Petropolitana de Educação e Cultura - APEC, pelos relevantes serviços prestados à comunidade petropolitana.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, 01 de julho de 2025.

JÚNIOR CORUJA PRESIDENTE Projeto: CMP 5542/2025 Autor: OCTAVIO SAMPAIO

ATA DA 65ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezessete horas e dez minutos, o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Júlia Casamasso que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 308/2025 CMP (6648/2025); GP Diversos nº: 306/2025 CMP (6649/2025); Projeto de Lei nº: 6650, 6652, 6653, 6654 e 6655/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 4461, 6598, 6651 e 6660/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 6624 e 6656/2025 do Vereador Dudu; Requerimento de Informação nº: 6642, 6643 e 6644/2025 do Vereador Léo França; Indicação nº: 6622/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 6611, 6615 e 6618, 6620 e 6631/2025 do Vereador Júnior Paixão; Indicação nº: 6614,

6619, 6623, 6629, 6633 e 6641/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 6621, 6632, 6635 e 6636/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 6628, 6657, 6658 e 6659/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 6627/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente a Vereadora Júlia Casamasso solicitou a inversão de pauta e com a anuência dos demais Vereadores passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 0051/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloisio, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3203/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4592/2025 do Vereador Octávio Sampaio; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Gil Magno e da Vereadora Professora Lívia; Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso votou contra o Projeto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 5065/2025 do Vereador Dr. Aloisio; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Gil Magno, do Vereador Octávio Sampaio e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em votação e discussão as Indicações em bloco nº: 0940, 0941, 0942, 1794, 1795, 1796, 3322, 3326, 3334, 3595, 3599, 3634, 4206, 4209, 4220, 4460, 4468, 4480, 5381, 5382, 5394, 6330, 6369, 6372, 6391, 6495, 6539 e 6542/2025; as Indicações foram aprovadas com 15 votos; Terminada a

ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Declarou que aquele era um dia especial, iniciado muito cedo e com muito trabalho. O orador relatou ter participado da audiência pública sobre o transporte coletivo da cidade e demonstrou preocupação com a postura adotada pelo governo municipal em relação ao tema. Destacou que os rodoviários, de alguma forma utilizados durante o processo eleitoral de 2024, estariam agora sendo abandonados por aqueles que haviam prometido benefícios e utilizado a boa-fé da categoria. Informou que, ao lado do vereador Thiago da Damaceno, acompanhou a audiência e se surpreendeu com a postura do governo. O prefeito, segundo relatado, afirmou que sempre teve coerência na condução do transporte público, mencionando que, ao assumir a Prefeitura em 2021, reduziu a passagem em 20 centavos. Acrescentou que, em 2023, ingressou com uma ação judicial, como vereador, para reduzir novamente a tarifa. No entanto, já em 2025, ocupando o cargo de prefeito, teria mudado o discurso, aproximando-se da fala dos empresários de ônibus. Foi ressaltado que, na audiência, não houve

oportunidade de manifestação dos parlamentares, mas ficou claro que o governo aumentou o subsídio do vale-educação de R\$ 1.800.000,00 para R\$ 1.927.000,00, como já havia sido denunciado anteriormente. Destacou-se ainda que o governo, ao propor um plano de contingência e ao aumentar o subsídio, reconheceu que há um número significativo de ônibus circulando. Manifestou preocupação com o possível retorno da política de 2021, quando a frota foi reduzida, e lembrou que as empresas foram autorizadas a vender veículos que, uma vez retirados de circulação, nunca mais retornaram. Outro ponto abordado foi o evento Arraiá do Amor, realizado no Parque de Exposições. Foi informado que houve denúncia sobre o recebimento de patrocínio no valor de R\$ 100.000 da Caixa Econômica Federal por parte do responsável pelos eventos, Rodrigo Paim, e questionada a ausência de prestação de contas. Situação semelhante teria ocorrido na Bauernfest, em que a empresa RP2, ligada ao mesmo responsável, captou recursos junto ao governo estadual, Secretaria de Turismo, Embratur e Ministério do Turismo, sem que houvesse transparência nos gastos. Reforçou-se que se trata de dinheiro público e que a prestação de contas é necessária. Também foi apontada a denúncia de que um ex-assessor do então vereador Hingo Hammes, agora vinculado à Secretaria de Esportes, teria se envolvido em negociações irregulares de barracas na Bauernfest, gerando prejuízos a dezenas de pessoas. Solicitou-se que o governo apresentasse o boletim de ocorrência para comprovar que se antecipou à denúncia. Criticou-se a postura do prefeito, afirmando que, em vez de exercer seu papel de gestor e orientar os secretários, o chefe do Executivo estaria mais preocupado em acompanhar as sessões da Câmara para observar as falas dos vereadores. Foi anunciado que será apresentado requerimento de informação para apurar quanto foi arrecadado na Bauernfest, quantas pessoas foram prejudicadas e o destino do dinheiro. Por fim, foram feitas críticas ao uso de veículo da Defesa Civil pelo prefeito, à situação do atraso no repasse dos consignados do INPAS, que já ultrapassa R\$ 1 milhão, e à ameaça de inclusão de aposentados e pensionistas no SPC e Serasa. Reiterou-se a necessidade de transparência nos atos do instituto e lembrou que o déficit alegado surgiu em 2021, após projeto de lei do próprio governo que gerou prejuízo ao município. Agradeceu e despediu-se. **2) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Lamentou que fosse necessário ocupar a tribuna da Câmara para apresentar denúncias de situações que, no mínimo, demandam atenção redobrada ao que ocorre dentro da Prefeitura. Destacou que os fatos recentes envolvendo a área da cultura no município, especialmente o episódio relacionado à Bauernfest, exigem um alerta ainda maior para se verificar se o ocorrido no escândalo das barracas é resultado da atuação isolada de um servidor

comissionado ou se revela um esquema de corrupção sistêmica por meio da contratação de empresas para realização de eventos. Recordou-se que, entre 2017 e os anos seguintes, a cultura na cidade viveu um período em que funcionava como um verdadeiro balcão de negócios, onde acordos eram fechados sem qualquer transparência. A preocupação, portanto, é que esse modelo de gestão se torne permanente, motivo pelo qual será necessário acompanhar de perto o caso atual e entender se se trata de um ato isolado ou de um sistema montado no âmbito do governo. Reforçou o compromisso dos servidores de carreira com os processos legais, a ética e a responsabilidade sobre seus nomes e matrículas, observando que, por vezes, cargos comissionados, dependendo do governo, podem ser ocupados por pessoas interessadas em benefícios indevidos. Por isso, defendeu o acompanhamento das investigações para verificar se há estrutura de corrupção envolvendo diversas pessoas ou se o caso está restrito a um único agente. Sobre a Bauernfest, destacou que a festa, que faz parte do calendário oficial da cidade e é relevante para a economia e o turismo do estado, não poderia ainda enfrentar problemas na sua organização. Lembrou a importância de se valorizar igualmente outras atividades culturais e artísticas e mencionou o debate realizado na audiência pública sobre a Política Nacional Aldir Blanc, que garantirá a destinação de mais de R\$ 7 milhões ao setor cultural do município nos próximos quatro anos. Reforçou que não há rivalidade entre os investimentos em cultura, educação e saúde, porque a cultura é elemento essencial e cotidiano do ser humano, responsável pelo desenvolvimento humano e econômico da cidade. Ressaltou a necessidade de a população compreender que cultura vai além de eventos e festas, e que todo recurso destinado à cultura deve ser acompanhado e fiscalizado para se evitar irregularidades. Alertou que a corrupção não nasce no setor público, mas sim naquelas que procuram o setor público em busca de benefícios indevidos. Por isso, defendeu maior fiscalização das relações entre o setor privado e o poder público. Cobrou solução urgente para o problema do transporte dos estudantes com deficiência, cujo pagamento às empresas prestadoras está em atraso desde maio, alertando que há risco de paralisação dos serviços. Questionou quais medidas o prefeito adotará para resolver a situação e criticou o uso do argumento do ICMS para justificar os problemas financeiros do município. Por fim, cobrou um posicionamento do governo quanto ao reajuste dos servidores, frisando que não é aceitável que servidores continuem recebendo menos de um salário mínimo. Reforçou o compromisso com a defesa dos trabalhadores e da população que move a cidade, em contraste com o aumento do salário do prefeito em 70% antes mesmo de assumir o cargo. Agradeceu e despediu-se. **3) JÚNIOR CORUJA, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Expres-

sou a preocupação de muitos petropolitanos e também de turistas que, nos próximos dez dias, visitarão a cidade. A preocupação, segundo ele, está relacionada à chamada “indústria de multas” da empresa Sinal Park. Destacou que o cidadão encosta o carro e, na ausência do funcionário que deveria estar presente para o atendimento, ao virar as costas, já é surpreendido com multa. Informou que o gabinete permanecerá de portas abertas durante o período da festa, apoiando moradores e turistas diante da situação. Ressaltou que a festa é especial, promovida com esforço pela Prefeitura, mas que a empresa responsável pelo estacionamento vem praticando, em suas palavras, uma verdadeira covardia contra a população. Apontou ainda que os parquímetros não estão funcionando e fez um apelo à Sinal Park para que, na quinta e na sexta-feira, a empresa tome responsabilidade e coloque os equipamentos para funcionar, garantindo uma cobrança justa e não multas abusivas de R\$ 100 ou R\$ 200. Registrou em ata que o gabinete está em parceria com o Ministério Público e que, a partir de sexta-feira até o fim da festa, qualquer abuso em relação às multas, especialmente se for comprovado que os parquímetros estavam inoperantes ou que não havia funcionários para realizar a cobrança, será denunciado. Destacou que a Sinal Park aproveita o período da festa para ampliar a cobrança em qualquer canto da cidade, prejudicando moradores e turistas que vêm aquecer a economia local. Afirmou que, após o evento, convocará uma audiência pública para trazer os responsáveis da Sinal Park à Câmara e solicitar o contrato firmado com a Prefeitura, além de requerer informações sobre os valores arrecadados pela empresa nos meses de janeiro a junho, e também durante o mês de julho, quando a expectativa é de arrecadação recorde. Criticou o fato de que, apesar da alta arrecadação, os repasses ao poder público são insuficientes para investimentos em saúde e educação. Por fim, reforçou o compromisso de não compactuar com essa “indústria de multas” e colocou o gabinete à disposição de moradores e turistas para o recebimento de provas e denúncias. Lamentou que, além dos altos custos da festa, como os valores pagos em alimentos e bebidas, a população ainda tenha que arcar com multas injustas, o que torna o evento oneroso para muitos. Comprometeu-se, mais uma vez, a lutar contra o que considera uma covardia e declarou que irá convocar a audiência pública para apurar todos os dados da Sinal Park após o término da festa. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezenove horas declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e seis de junho às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins